

ACTA NÚMERO 11/XII/1ª SL

28.Setembro.2011 – 11h00

Aos 28 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Projecto de Resolução nº 82/XII (PCP) – Recomenda ao Governo a correcção das irregularidades verificadas na colocação de professores

- **Discussão**

4. Audição da Academia Nacional de Belas-Artes, na sequência do pedido de tumultização de Passos Manuel, no Panteão Nacional de Santa Engrácia (11h30).

5. Audiência da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (12h15).

6. Requerimento do PSD para criação de um Grupo de Trabalho que proceda ao acompanhamento dos eventos “Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura” e de “Braga – Capital Europeia da Juventude 2012.

- **Apreciação e votação**

7. COM (2011) 558 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório sobre o Desenvolvimento, A Validação e a Aceitação Legal de Métodos Alternativos aos Ensaios em Animais no Domínio dos Produtos Cosméticos (2009)

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- Em caso de escrutínio, cabe ao PSD a indicação de relator.

8. COM (2011) 557 e SEC (2011) 1044 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre os progressos realizados pelas iniciativas tecnológicas conjuntas – empresas comuns em 2009

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- Em caso de escrutínio, cabe ao PSD a indicação de relator.

9. COM (2011) 563 e SEC (2011) 1046 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Primeiro relatório de ponto da situação sobre o ensino e a formação no domínio da energia nuclear na União Europeia

- **Apreciação liminar**

- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- Em caso de escrutínio, cabe ao PS a indicação de relator.

10. Plano de Actividades

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 28.Setembro.2011 – 18h00 – **Café de Ciência** (Biblioteca da AR)

Dia 29.Setembro.2011 – 14h15 – **Audiência** (conjunta com a 12ª Comissão) à **ACAPOR** - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais de Entretenimento de Portugal

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

O Sr. Presidente comunicou que foi agendada, para o dia 12 de Outubro, às 10h00, a audição do Sr. Secretário de Estado da Cultura, na sequência da aprovação dos requerimentos do PCP e do BE.

3. Projecto de Resolução nº 82/XII (PCP) – Recomenda ao Governo a correcção das irregularidades verificadas na colocação de professores

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, tendo-se registado, de seguida, as intervenções dos Srs. Deputados Emídio Guerreiro (PSD), Ana Drago (BE), Odete João (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Pedro Alves (PSD) e Amadeu Albergaria (PSD).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

4. Audição da Academia Nacional de Belas-Artes, na sequência do pedido de tumultização de Passos Manuel, no Panteão Nacional de Santa Engrácia (11h30).

O Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes, António Valdemar, referiu que este ano se comemoram 175 anos da Revolução de Setembro de 1836, em que Passos Manuel teve um papel fundamental, enquanto em Janeiro de 2012 se completam 150 anos da sua morte, e sendo aquele político o fundador da Academia, foi deliberado homenageá-lo.

Elencou ainda vários factos da sua acção política e cultural, designada Reforma de Passos Manuel, com um projecto com base no ensino, como sejam a criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (que deram depois origem às Faculdades de Belas Artes e de Arquitectura), do Conservatório para o ensino do teatro, da música e da dança, a fundação do Teatro Nacional, a criação das Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto (actuais Faculdades de Ciências) e das Escolas Médico-Cirúrgicas (actuais Faculdades de Medicina e de Farmácia), bem como a extensão do ensino secundário a todos os distritos do país.

Mencionou também que a Academia Nacional contactou várias instituições a propósito da homenagem, incluindo as referidas atrás e várias outras, como sejam a Câmara Municipal de Santarém e o Liceu Passos Manuel, tendo todas elas manifestado acolhimento positivo, para além do Conservatório Nacional e o Teatro Nacional se terem disponibilizado para fazerem um espectáculo para ser integrado na homenagem a realizar.

Nessa sequência, solicitam à Assembleia da República que seja deliberado proceder à tumultuação de Passos Manuel no Panteão Nacional de Santa Engrácia.

Interveio de seguida a deputada Maria Conceição Pereira (PSD), que referiu que o PSD não tem dúvidas da grande figura que foi Passos Manuel, realçando a sua intervenção na área da educação, com a criação dos liceus, escolas técnicas e faculdades e a sua actividade como grande orador político, pelo que o pedido da Academia merece do PSD a melhor atenção. Entendeu, no entanto, que a matéria deve ser equacionada em termos de obter a unanimidade dos Grupos Parlamentares - tendo manifestado disponibilidade para a aprofundar com os restantes – e bem assim algum consenso nacional.

Pedi ainda a listagem das entidades que apoiam o pedido e toda a restante documentação que exista, nomeadamente sobre a biografia e a actividade de Passos Manuel.

O deputado Carlos Enes (PS) realçou a actividade de Passos Manuel, como liberal, da esquerda, como responsável pelo lançamento das bases do ensino público, do nível primário ao superior, pelos liceus e a sua ligação à elaboração do Código Administrativo de 1837. Acrescentou que deve obter-se mais apoio para o processo, que passa pela aprovação duma Resolução da Assembleia da República.

Questionou ainda se há alguma data que considerem mais oportuna para a homenagem, que seja comemorativa e solicitou mais informação sobre o espólio de Passos Manuel e o acesso ao mesmo pelo público em geral.

A deputada Rita Rato (PCP) associou-se aos restantes na relevância da figura de Passos Manuel.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que há um consenso partidário e talvez nacional da importância de Passos Manuel, que foi um liberal de referência.

De seguida o Presidente da Comissão referiu que a [Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro](#), que *Define e regula as honras do Panteão Nacional*, estabelece que estas podem consistir na deposição no mesmo dos restos mortais do cidadão distinguido ou na afixação no Panteão de lápide alusiva à sua vida e obra. Mencionou também que a competência para o efeito é exclusiva da Assembleia, tendo os processos anteriores - de Amália Rodrigues, Manuel de Arriaga e Aquilino Ribeiro - sido aprovados por unanimidade de todos os Grupos Parlamentares.

Assim, perguntou se a Academia pensou na deposição no Panteão dos restos mortais, o que implicará a sua transladação do local aonde se encontram actualmente – questionando se está sepultado em Santarém - ou na colocação de uma lápide alusiva, sendo que as duas hipóteses envolvem tramitação e custos significativamente diferentes.

Pedro Passos Canavarro, membro da Academia Nacional e descendente de Passos Manuel, referiu que o mesmo deixou um grande e valioso espólio, com cerca de 4000 documentos originais, concretizando alguns dos seus elementos, o qual se encontra no Arquivo Distrital de Santarém e na casa aonde o mesmo residiu, agora transformada em casa-Museu, e integrada na Fundação Passos Manuel. Fez ainda referência ao requiem sobre Passos Manuel e Garrett.

De seguida, o Presidente da Academia referiu que tinham pensado na transladação dos restos mortais, até porque foi Passos Manuel que criou o Panteão com estas funções, enquanto a colocação de lápides, como cenotáfios, é aplicada a numerosas figuras históricas, com diferente posição, dando como exemplo Pedro Álvares Cabral.

Fez ainda referência à hipótese de se fazer uma medalha comemorativa, havendo a disponibilidade do Professor João Duarte, das Belas Artes, para oferecer o desenho para a mesma.

Referiu ainda que as datas mais adequadas para a homenagem seriam de 25 de Outubro de 2011 a Junho de 2012, realçando que em 17 de Janeiro do próximo ano se concluem 150 anos da morte de Passos Manuel.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audiência da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (12h15).

A Associação era representada pelo professor David Rodrigues.

O Presidente da Comissão informou que tinha sido aprovada nesse dia a reconstituição do Grupo de Trabalho do Ensino Especial, que iria agora apresentar o seu plano de actividades.

O professor David Rodrigues congratulou-se com esse facto e de seguida sintetizou as preocupações da Associação, tendo por base o programa do Governo, nos seguintes pontos:

1. Não é feita naquele documento referência à educação inclusiva. Tem havido uma política de inclusão com alguns sucessos. Há necessidade de garantir uma relação entre a educação especial e a educação inclusiva, por exemplo, no caso de um aluno integrado numa turma regular, mas que não pode participar nas actividades extra-curriculares.
2. Há evidência de que a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) é um instrumento desadequado para a educação especial.
3. Há necessidade de fazer a avaliação do sistema existente. A avaliação do Ministério da Educação não é global e há que repensar as escolas de referência.
4. Deverão reequacionar-se os recursos humanos e materiais da educação especial, referindo que 22% de todos os alunos têm necessidades educativas especiais.
5. Não há um sistema integrado a nível da intervenção precoce educativa.
6. Em relação à formação de professores, torna-se necessária uma intervenção do Ministério da Educação e Ciência junto das Universidades para se repensar esta matéria, sendo que actualmente se exige o curso para professores, mais 5 anos de experiência, a que acresce o mestrado.

Interveio de seguida a deputada Rita Rato (PCP) que referiu que a utilização da CIF é inadequada e indicou que faltam cerca de 5000 funcionários nas escolas, o que está a gerar situações dramáticas no seu acompanhamento.

A deputada Margarida Almeida (PSD) referiu que o Grupo de Trabalho do Ensino Especial vai retomar a conferência que foi anteriormente agendada, devendo ser ainda reequacionada a realização de uma audição pública e de visitas a escolas de ensino especial, pretendendo-se

ouvir todos os intervenientes. Por outro lado informou que o Governo vai reponderar a utilização da CIF e fá-lo-á ouvindo todos os parceiros do terreno.

O deputado Rui Jorge Santos (PS) mencionou a exigência de harmonização de legislação, de definição de necessidades educativas especiais e apoio às outras necessidades temporárias e bem assim a necessidade de compatibilização com outras áreas, particularmente de saúde, incluindo médicos e terapeutas. Referiu ainda que se deve prosseguir com a CIF e unidades próprias e atribuir recursos, para além de potenciar os existentes e desenvolver equipas multidisciplinares, continuando o trabalho que estava a ser feito e aperfeiçoando-o.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) perguntou ao professor David Rodrigues o que sugerem em alternativa à CIF e questionou o interface entre as escolas e os centros de recursos, que conhecem da deficiência mas não sabem de educação.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que há muita indefinição sobre o que o Governo vai fazer, mas congratulou-se com o facto de a deputada Margarida Almeida (PSD) ter dado pistas importantes.

Por último, o professor David Rodrigues reiterou a preocupação ao nível dos recursos necessários, não só a nível educativo, como noutros acompanhamentos e a necessidade de se ouvirem as pessoas. Referiu ainda que há mais problemas para além da CIF, mas que a avaliação com a mesma é pouco determinada, devendo saber-se como se fazem as avaliações sem ela, referindo o exemplo de Espanha, que faz a avaliação com base no currículo.

No que se refere ao interface entre as escolas e os centros de recursos, entende que são as primeiras que devem ter os recursos, nomeadamente económicos – contrariamente ao que acontece actualmente - articulando a actividade com os centros.

A documentação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

6. Requerimento do PSD para criação de um Grupo de Trabalho que proceda ao acompanhamento dos eventos “Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura” e de “Braga – Capital Europeia da Juventude 2012.

O requerimento já tinha sido apresentado em anterior reunião, para a qual se remeteu.

Entretanto o deputado Rui Jorge Santos (PS) questionou a finalidade do Grupo de Trabalho, tendo o deputado Amadeu Albergaria (PSD) respondido que se destina a fazer o acompanhamento dos 2 eventos, que têm uma dimensão europeia, referindo ainda as dificuldades que se verificaram em relação ao processo de Guimarães e realçando a importância do acompanhamento das situações.

O requerimento foi aprovado por maioria, com votos favoráveis do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do PS e do BE. O voto do PCP, inicialmente registado como voto favorável, foi posteriormente corrigido por escrito pelo PCP, em nota escrita, como sendo voto contra.

O Presidente da Comissão referiu por último que o mandato do Grupo de Trabalho vai até ao fim do 1.º trimestre de 2013 e no final apresentará um relatório das actividades desenvolvidas.

7. COM (2011) 558 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório sobre o Desenvolvimento, A Validação e a Aceitação Legal de

Métodos Alternativos aos Ensaios em Animais no Domínio dos Produtos Cosméticos (2009)

Na sequência da apreciação preliminar e tratando-se de um relatório, foi consensualizado não proceder a escrutínio.

8. COM (2011) 557 e SEC (2011) 1044 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre os progressos realizados pelas iniciativas tecnológicas conjuntas – empresas comuns em 2009

Na sequência da apreciação preliminar e tratando-se de um relatório, foi consensualizado não proceder a escrutínio.

9. COM (2011) 563 e SEC (2011) 1046 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Primeiro relatório de ponto da situação sobre o ensino e a formação no domínio da energia nuclear na União Europeia

Na sequência da apreciação preliminar e tratando-se de um relatório, foi consensualizado não proceder a escrutínio.

10. Plano de Actividades

Esta matéria tinha entretanto sido discutida em reunião da Mesa da Comissão com os coordenadores.

11. Outros Assuntos

Não se verificaram outros assuntos.

12. Data da próxima reunião

Dia 28.Setembro.2011 – 18h00 – Café de Ciência (Biblioteca da AR)

Dia 29.Setembro.2011 – 14h15 – Audiência (conjunta com a 12ª Comissão) à **ACAPOR** - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais de Entretenimento de Portugal

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de Setembro 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Acta aprovada na reunião da Comissão de 12 de Outubro de 2011.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Jorge
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Michael Seufert

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves

Informação

[Projecto de Resolução n.º 82/XII \(1ª\) –
\(GP/PCP\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 28/09/2011

[Recomenda ao Governo a correcção das irregularidades verificadas na colocação de professores](#)

1. Dez Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 82/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 21 de Setembro de 2011, tendo sido admitida a 22 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 28 de Setembro de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, que recomenda, em suma, a imediata correcção dos erros gerados pela colocação de horários anuais a concurso, através da oferta de contratação a termo de duração mensal e a republicação dos resultados do concurso resultante da Bolsa de Recrutamento n.º 2, corrigindo a duração dos contratos a concurso, ajustando-a às necessidades identificadas pelas escolas.

O Sr. Deputado afirmou que a conversão de horários anuais identificados nas escolas em colocações por contrato a termo de duração mensal, através de um artifício administrativo, constitui uma manipulação do processo de contratação pública, provocando assimetrias e injustiças entre os docentes. Considerou ainda que foram desrespeitados os princípios da transparência e da objectividade, legalmente previstos para a realização do concurso de colocação de professores

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) afirmou que a plataforma e os procedimentos disponibilizados para o concurso do presente ano são exactamente os mesmos que foram utilizados nos anos anteriores, como, aliás, teve oportunidade de confirmar nas várias escolas que visitou durante os últimos dias. Acrescentou ainda que a duração temporal está contemplada na aplicação informática, pelo que considerou infundadas as acusações e insinuações.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) referiu-se às dezenas de emails que têm chegado ao seu Grupo Parlamentar, que dão conta da situação apresentada pelo PCP. Os professores queixam-se de que estão a ser ultrapassados, por estarem a ser efectuadas contratações temporárias para necessidades anuais.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou que a informação disponibilizada na aplicação informática não é fidedigna, por não corresponder às necessidades das escolas. Referiu-se a situações em que a plataforma não permitiu a introdução de horários anuais, passando os professores com mais tempo de serviço a ser preteridos nesta etapa do concurso. A este respeito, manifestou a sua

disponibilidade para apresentar documentos que provam que as vagas postas a concurso não correspondem às necessidades das escolas.

Afirmou ainda que o processo de constituição de turmas não foi atempadamente concluído pela tutela. Os directores e os professores, tão mal tratados pelo ministério, não são responsáveis pelos erros cometidos. Existiu falta de rigor e transparência no processo de informação das vagas a concurso, pelo que, adiantou, importa apurar responsabilidades.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) lembrou que o Sr. Ministro da Educação e Ciência terá oportunidade de explicar esta questão no dia seguinte, em Reunião Plenária, pelo que espera que os Srs. Deputados fiquem então cabalmente esclarecidos. Defendeu ainda que não basta falar-se de ilegalidades, considerando indispensável que os Deputados apresentem provas.

Mencionando o seu caso particular, como professor de Quadro de Zona Pedagógica que foi opositor ao concurso, o Sr. Deputado Pedro Alves (PSD) afirmou nada ter mudado em relação ao ano anterior, no que à plataforma diz respeito, tendo-se registado apenas alguns ajustamentos quanto ao número de horas e de turmas, tendo em vista a optimização dos recursos humanos. Referiu também que alguns professores não foram ainda colocados porque esperaram por horários que não foram postos a concurso, por força da redução de alunos e de turma, ou porque optaram por não se afastar do seu local de residência.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) afirmou nunca ter ouvido o Ministro da Educação e Ciência atribuir responsabilidades aos directores das escolas. Entendeu ainda que o início do ano lectivo correu bem, considerando o tempo reduzido que o Ministério teve para organizar o seu arranque.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) estranhou que o Sr. Deputado Pedro Alves tenha concorrido a um concurso público, exercendo as funções de Deputado, e afirmou que essa informação não consta do Registo de Interesses, ao que o Sr. Deputado Pedro Alves (PSD) respondeu que, tratando-se de um professor de Quadro de Zona Pedagógica, foi obrigado a concorrer.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou importante apurar de que forma os Deputados do PSD acederam à plataforma, pelo que solicitou a indicação do nome dos Deputados que concorreram a concursos para funções públicas.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) respondeu que as questões relativas ao Estatuto dos Deputados devem ser tratadas na 12ª Comissão, encontrando-se ainda a decorrer o prazo para apresentação de documentos, pelo que os Registos de Interesses vão sendo disponibilizados à medida que vão sendo validados.

5. Realizada a discussão, cuja [gravação áudio](#) se encontra disponível na página da Comissão, na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projecto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Assembleia da República, em 12 de Outubro de 2011

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Odete João)